

Henrique Bon

*“Pouco a pouco uma espécie de sujeira tomou conta de nós, e que nada pode controlar, nada pode prender, ainda que todas as pessoas do navio aparecessem em formação militar. Eis que recebemos o ataque de pequenos bichinhos – os piolhos – muito sociáveis por natureza e índole, que se multiplicaram de modo tão familiar e íntimo entre nós, até que finalmente todos, jovens ou velhos, ricos e pobres, ganhamos uma bem sortida quantidade ou parcela deles. Ninguém ficou a salvo. Tão atrevidos como jamais alguém o foi, esses bichinhos se excederam em insolência – tudo foi conquistado. Tivemos no meio do mar uma praga universal”.*

Com tais palavras, o alfaiate Joseph Hecht, nascido em Willisau, Cantão de Lucerna, descreve parte de sua experiência de imigrante a bordo do Heureux-Voyage, um dos sete navios que, entre 11 de setembro e 11 de outubro de 1819, deixariam a Europa com uma carga humana de 2100 suíços. Os pouco mais de 1500 sobreviventes desta curiosa e trágica experiência tropical fundariam uma cidade, participariam ativamente da expansão cafeeira do médio Paraíba e mudariam para sempre a face do país.

Até os primeiros anos do século XIX, aceitar a migração estrangeira para o Brasil, implicava para Portugal colocar em risco a posse do seu maior território ultramarino, posição que viria a se modificar somente com a transferência da corte para o Rio de Janeiro em 1808, em fuga das tropas napoleônicas.

A transformação do Brasil, na prática, de colônia em metrópole, venceria a relutância lusa à solução imigrantista, uma vez que a população branca era considerada numericamente insuficiente para a edificação de um estado nacional forte sob a égide política, étnica e cultural européia. Estava assim, aberto – ao menos parcialmente, uma vez que a escravidão não havia sido abolida – o espaço para que o excedente populacional europeu aqui aportasse.

A Suíça por sua vez, então um conglomerado de estados (cantões) semi-independentes, possuía desde a idade média uma forte vocação migratória. Mercenários, comerciantes, artistas e artesãos deslocavam-se periodicamente para outros países da Europa e a partir do século XVIII, levas de agricultores e artífices descobrirão também a América do Norte. A seta que no início do século XIX, desloca parte deste contingente de seus destinos tradicionais para o Brasil, será disparada por um misto de acaso e oportunismo.

No mesmo período em que no Brasil se consolidava a condição de Reino Unido os cantões suíços atravessavam grave crise. Barreiras alfandegárias tinham sido levantadas em 1816 pela França, e o manufaturado suíço dependente em grande parte do mercado vizinho, enfrentaria também em todo o resto da Europa a implacável concorrência britânica. Em 1817 alterações climáticas decretam o fracasso das colheitas. Esta nefasta conjugação irá se refletir em todas as comunidades, produzindo uma legião de miseráveis. Era, pois, o momento de emigrar em massa para o Novo Mundo, ainda que aos rigores do mar se somassem os riscos de comissários inescrupulosos.

Em meio a crise um aventureiro de nome Sebastien-Nicolas Gachet chegou ao Brasil em 3 de outubro de 1817. Ao solicitar o passaporte, conseguiu ele do governo de Fribourg uma carta de apresentação que na prática o transformava em agente diplomático encarregado de negociar junto à corte portuguesa o estabelecimento de seus compatriotas no Brasil. Na verdade, sem que as autoridades de seu cantão o soubessem, proporia ele a D. João, a exploração da colônia a ser criada, por uma sociedade europeia. Esta seria a única proprietária das terras concedidas pelo governo português e obteria direitos de comercialização exclusiva, de alguns produtos brasileiros mantidos sob monopólio da coroa.

Descartada a intermediação privada, o incansável diplomata formula nos meses subsequentes nova proposta, desta feita a da celebração de um tratado diretamente entre o Cantão de Fribourg e as autoridades brasileiras. Ante a necessidade de um representante do governo português junto à Dieta Helvética (parlamento suíço), sugere Gachet ao príncipe D. João o nome de Jérôme Brémond (1760-1839), francês estabelecido em Semsales e proprietário de uma fábrica de vidros, seu sócio secreto, para, “na qualidade de fervoroso realista e antigo secretário de S.M. Luiz XVI”, ocupar o consulado português na Suíça. Tal proposta, equivalente na prática a se entregar ao lobo à guarda das ovelhas, será efetivada em 2 de maio de 1818, quando o Ministro Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal notifica o governo suíço sobre a nomeação. Restava escolher o sítio exato para a futura colônia e formular o tratado definitivo.

O religioso e militar português Pedro Miranda de Machado Malheiro (?-1839), nomeado para o cargo de Inspetor da Colonização Estrangeira optará pela fazenda Morro Queimado, em Cantagalo, pertencente a Monsenhor Almeida, religioso como ele. A propriedade custaria ao erário cerca de vinte vezes o que o antigo proprietário dispendera por ela seis anos antes, recebendo Miranda, não obstante, autorização real para o negócio.

Em 11 de maio de 1818, um tratado com 24 artigos é aprovado, nele se determinando o número de cem famílias suíço-francesas, de religião católica, cujos líderes fossem

preferencialmente artífices e agricultores. Continha, porém, o documento duas graves imprecisões, não estabelecendo o número exato de indivíduos que a colônia estaria apta a receber, bem como, quanto ao transporte, cuja cláusula não especificava claramente se as despesas do trajeto seriam integralmente pagas pela coroa (esta era a interpretação do governo lusitano) ou se apenas se contemplaria o percurso transatlântico.

A decisão de se entregar a Gachet e a Brémond a responsabilidade de engajamento e transporte dos suíços mediante a remuneração "per capita" de cem pesos espanhóis, independente de eventuais óbitos após o embarque, se mostraria igualmente desastrosa, pois permitiria a ambos extrapolar em muito o quantitativo estimado.

Listagens preliminares foram feitas e para desagrado das autoridades do Cantão de Fribourg, de um total de 879 indivíduos inscritos, apenas 34 pertenciam a categoria dos indesejáveis ou "apátridas". Para as projeções de lucro dos organizadores, o número era também considerado insuficiente, e desta forma, a partir de novembro de 1818, acordará o cônsul Brémond com outros cantões a participação destes no movimento migratório. Não seria, pois, a futura colônia, composta apenas por seguidores de Roma, como estabelecia o tratado e tampouco falaria um só idioma.

Famílias inteiras de suíços, no entanto, com pleno direito de cidadania, sem dívidas sociais, aderem espontaneamente ao movimento, de sorte que apesar da grande pressão das autoridades, serão eles e não os indesejáveis, a esmagadora maioria de imigrantes, respondendo por mais de 85% do seu total.

Um contingente, majoritariamente de Vaud, Valais, Genève, Neuchatel e Fribourg, parte da vila de Estavayer-le-Lac, em três pequenas embarcações na manhã de 4 de julho de 1819, após cerimônia religiosa, rumo à Bâle, já no Reno, onde chega no dia 8. Como afluentes do fluxo principal de imigrantes, outros juntam-se aos primeiros nesta vila, notadamente aqueles de língua alemã e os do Jura. Bâle, por sua posição geográfica, estará destinada a ser o ponto de convergência de toda a migração, além do último solo pátrio a ser pisado pelos peregrinos.

No entanto, a desorganização agravada pelo súbito acréscimo populacional, começa a se fazer sentir. O número de barcos é insuficiente. A falta de espaço acirra os ânimos e descobre-se que Brémond sacrificara os colonos em função do grande número de caixotes com mercadorias que destinara ao Brasil. As caixas serão desembarcadas e jogadas sobre o cais pelos imigrantes. Brémond, que fora tentar aplacar os ânimos, escapa por pouco de ser

lançado no Reno.

A margem de lucro se esgarça. O industrial de Sensales desentende-se com o armador, contratando outra empresa de navegação fluvial. O primeiro, de sobrenome Frey, revela às autoridades que Brémond, ao contrário de buscar o menor preço para o transporte, exige para si uma parte do que fora cobrado aos imigrantes. O clima é de tensão e desconfiança.

Rumo a Holanda, as cidades e vilas ribeirinhas continuarão superfaturando todos os gêneros que os viajantes adquirem. Em 15 de julho a colônia é surpreendida pelo primeiro óbito, o de um jovem afogado após queda acidental no Reno. O percurso se faz demasiado moroso, com a perda de dias preciosos por circunstâncias burocráticas, ocasionando um desnecessário sangramento na bolsa dos colonos. A comitiva chega finalmente ao litoral a partir de 29 de julho. Acantonam os imigrantes em Mijl, povoado próximo a Dordrecht, ao sul de um canal que leva a St. Gravendeel. A região, estuário do Reno, é insalubre e pantanosa.

Contratempos quanto à entrega de víveres para os navios, dívidas de Gachet para com fornecedores e uma tempestade na Normandia são enumerados como causas para o retardo do embarque rumo ao Brasil. A varíola e as febres intermitentes começam a fazer suas vítimas. Alguns colonos serão transferidos para os hospitais de Dordrecht e St. Gravendeel. No mês de agosto de 1819, a curva de óbitos avança, principalmente sobre a população infantil. Antes que todos abandonem a Holanda, nada menos que trinta e nove indivíduos serão pranteados.

Os mais afortunados partiriam para o Brasil em 11 de setembro, no Daphne. Outros permanecerão acampados até o dia 10 de outubro. Todos os contingentes, porém, somente embarcarão quando a higiene precária, a água contaminada, as doenças e os víveres de baixa qualidade já terão conspirado para dizimar a colônia, atingindo-a principalmente em seu trajeto oceânico.

Gachet e Brémond, ainda na Europa, em meio a acusações mútuas desfazem a aliança, a partir do momento em que a "empresa migratória" mostra-se um manancial de prejuízos e desencontros. Quanto aos colonos, estes reagem como podem ao desengano; os vínculos morais se afrouxam e diante da presença constante da morte os rígidos preceitos se relativizam cada vez mais. O abade Jacob Joye (1789-1866), pároco da futura colônia, reclama com seus superiores do que considera a corrupção dos costumes entre seus assistidos, esquecendo-se de que experimentavam todos a situação limite do desenraizamento, agravada pela incerteza quanto a própria sobrevivência.

O padre embarcará no Urania, seguramente o mais trágico navio. Levantando ferros em 12 de setembro, a embarcação, com 437 colonos a bordo, quase todos de Fribourg, já na manhã seguinte experimentará contato com a dura realidade dos próximos 80 dias, deitando ao mar em 13 de setembro os corpos de dois imigrantes. O religioso enfatiza o triste espetáculo dos gritos, choros, vômitos, doenças e morte que seriam uma constante ao longo de toda a travessia, atingindo o paroxismo a contabilidade fúnebre no dia 24, quando nada menos que sete indivíduos são lançados sem vida às águas. Joye chega a reduzir o ritual que antecede o ato de se erguer a cabeceira do pranchão côncavo preso à borda do navio, sobre o qual se deposita o cadáver que assim desliza para o mar, "para não atormentar os moribundos pelo canto lúgubre da cerimônia".

Em 30 de novembro de 1819 o Urania firmará suas amarras no Rio de Janeiro, cujo panorama à volta causa tal impressão a Jacques Joye que este escreverá em seu diário ser impossível usufruir de mais bela paisagem. Contudo 109 colonos de um total de 437 não poderão jamais vislumbrar tal espetáculo, dispersos seus corpos ao longo do percurso.

Em geral receberam os imigrantes uma boa acolhida no Brasil. Transferidos para Tambí, seguiriam até Macacu, também conhecida como Santo Antônio de Sá, onde no mosteiro, cujas ruínas ainda existem, um hospital aguardaria os enfermos. Desde o Rio, até aquele ponto, mais 35 suíços encontrariam a morte.

No sopé das montanhas os colonos continuarão a pé ou sobre o lombo de mulas. Algumas crianças serão carregadas por escravos até Nova Friburgo, onde cem "choupanas de um cômodo só, imundas e úmidas, sem assoalho, cheias de vermes e de toda a sorte de insetos", nas palavras do imigrante Jeremie Lugon, aguardam os novos brasileiros.

A inauguração da vila de Nova Friburgo dá-se de maneira festiva, em cerimônia liderada pelo inspetor Miranda no dia 17 de abril de 1820. Os dias subsequentes não oferecem motivos de júbilo. O médico Jean Bazet, que registrara em março 600 enfermos, continua em atividade febril. Entre janeiro e junho de 1820, mais 131 colonos morrem, por diarreias, disenterias e febres intermitentes. A marcha insidiosa das adversidades gera o desespero, a nostalgia e um sentimento depressivo generalizado.

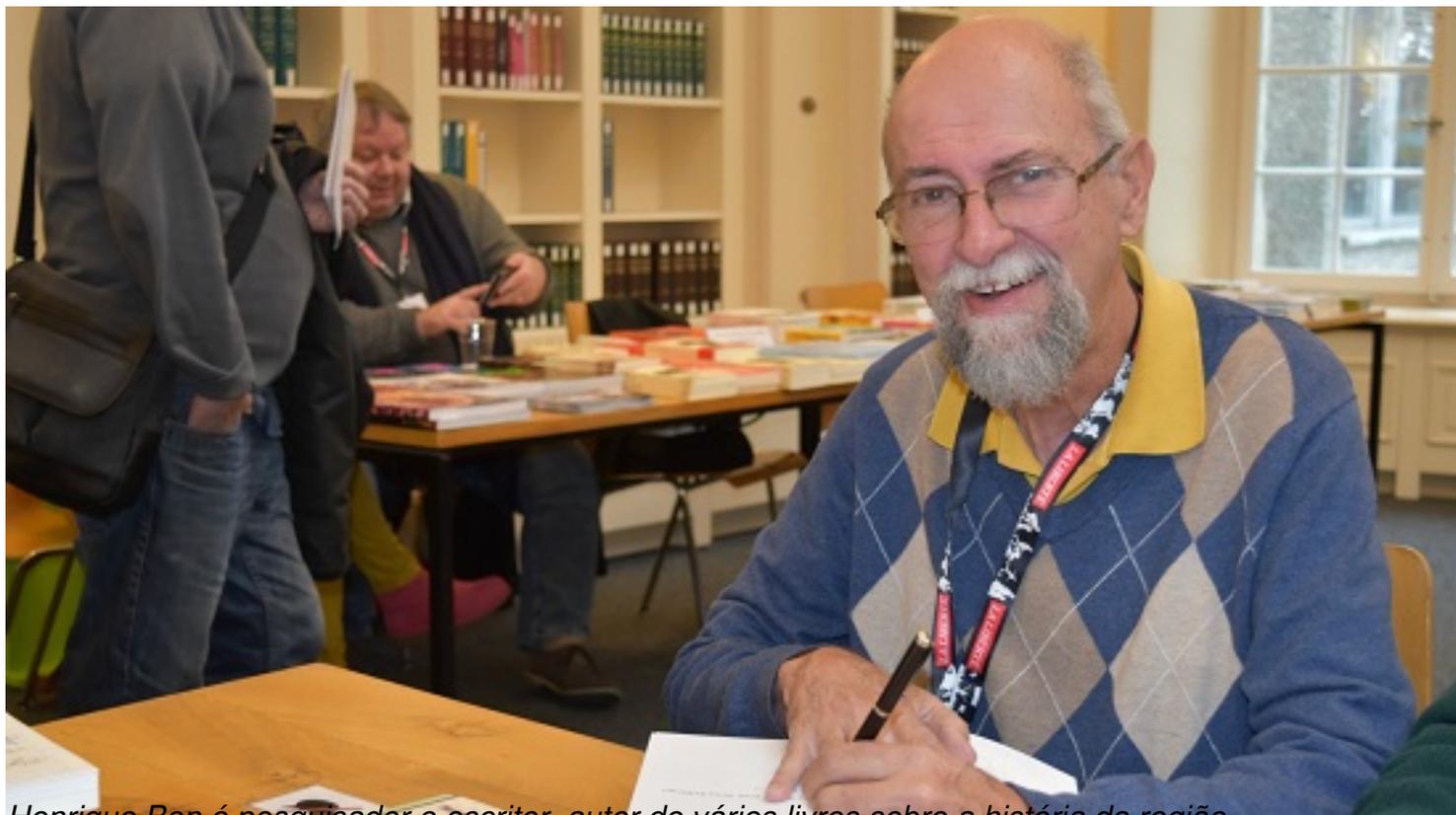
Ao prejuízo da coesão colonial causado por tantos óbitos e o crescente número de viúvas e órfãos, soma-se o desapontamento pelas terras conferidas por sorteio, quadriláteros de 300 por 750 braças, a serem divididos entre 15 a 17 indivíduos, algumas glebas ocupadas por

íngremes penhascos ou cônicos rochedos. Logo, portanto, anotações do abade Joye denunciarão evasões até mesmo para a Europa, ainda que ordenasse Miranda aos militares dos registros da serra e postos circunvizinhos, prender todo aquele que tentasse passar sem a devida autorização.

Cantagalo acolhe grande parte dos que abandonam a colônia, atendendo ao chamado do café. Às famílias Bapst (Bast), Bard, Castella (Castelar), Chevrant, Cosendey, Cortat, Crelier, Curty, Dafflon, Folly, Frauches, Herde (Herdy), Jevoux, Lapaire (Lapér), Lugon, Lugon-Moulin, Luterbach (Lutterbach), Lütolf (Ludolf), Meunier, Monnerat, Musy, Page, Pic, Robadey, Tardin, Steullet (Stelet), Stutz, Volluz (Vollú) e Wermelinger, todas da colonização de 1819, unir-se-ão os Bon, Feuchard, Huguenin, Periard, chegados posteriormente ao Brasil. Alguns imigrantes se estabelecerão também em Campos ou no Rio. Outros, principalmente os solteiros, a partir de 1823 se engajarão no recém-criado regimento de Estrangeiros, poucos retornando.

Quanto aos que permaneceram nos “números” (as glebas eram numeradas e, portanto, conhecidas como “números coloniais”) acabariam por adquirir ou ocupar terras contíguas, abandonadas por seus proprietários originais, de maneira que a pequena propriedade familiar, idealizada no projeto imigrantista, voltaria em pouco tempo a reproduzir o modelo agrário vigente no país.

De qualquer forma, tal como o homem da parábola grega, que ao banhar-se no rio transforma o rio e a si, a despeito de toda a política tortuosa em relação ao imigrante, nenhuma das regiões atingidas pelo movimento seria a mesma e tampouco o Brasil, após 1819. Os suíços, sem o perceber, abririam uma estrada sem volta, através de cujos passos afluíram, para o bem e para o mal, milhões de estrangeiros, notadamente a partir da segunda metade do século XIX. Se, em uma inversão das expectativas, foram estes pioneiros colonizados pelos trópicos, a simples presença do imigrante abriria um precedente que iria modificar para sempre os rumos do país.



*Henrique Bon é pesquisador e escritor, autor de vários livros sobre a história da região*